

**MESA DA ASSEMBLEIA**

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

**SUMÁRIO**

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Comissões
- 2 – MATÉRIA VOTADA**
  - 2.1 – Plenário
- 3 – ORDEM DO DIA**
  - 3.1 – Plenário
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 4.1 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – MANIFESTAÇÕES**
- 7 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 9 – ERRATAS**

 **ATAS****ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/4/2022**

Às 14h42min, comparecem à reunião os deputados Sávio Souza Cruz, Bruno Engler, Cristiano Silveira, Glaycon Franco, Guilherme da Cunha e Zé Reis, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.611/2022, no 1º turno, e do Projeto de Lei Complementar nº 75/2021, no 1º turno, dos quais avocou a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 4.935/2018 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Zé Reis, aprovado pela comissão. Os Projetos de Lei nºs 3.546/2016, 252/2019 e 3.590 e 3.591/2022 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Glaycon Franco, aprovado pela comissão. São aprovados requerimentos dos deputados Cristiano Silveira e Charles Santos para que os Projetos de Lei nºs 3.531/2022, 2.990, 3.195, 3.381 e 3.386/2021, 3.441/2022, 5.132/2018, 3.344 e 3.383/2021 sejam apreciados ao final da 1ª Fase da Ordem do Dia. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.446/2022 (relator: deputado Guilherme da Cunha), no 1º turno. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 2.902/2021 (relator: deputado Zé Reis), ao prefeito municipal de Estrela do Sul, ao secretário de Estado de Governo e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais; 3.325/2021 (relator: deputado Sávio Souza Cruz) e 3.443/2022 (relator: deputado Zé Reis), ao secretário de Estado de Governo; 3.554/2022 (relator: deputado Zé Reis), ao secretário de Estado de Fazenda, e 3.578/2022 (relator: deputado Guilherme da Cunha), ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao prefeito municipal de Buritis. Retira-se o deputado Bruno Engler e registra-se a presença do deputado Charles Santos. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por

sua vez, no 1º turno, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.531/2022 e 3.195/2021 (relator: deputado Cristiano Silveira), e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 dos Projetos de Lei nºs 5.132/2018 e 3.383/2021 (relator: deputado Charles Santos), e 2.990/2021 e 3.441/2022 (relator: deputado Cristiano Silveira). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Charles Santos, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 3.344/2021, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Guilherme da Cunha. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 3.386/2021 (relator: deputado Cristiano Silveira), ao secretário de Estado de Governo; e 3.381/2021 (relator: deputado Cristiano Silveira), ao autor e à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, em turno único, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 2.228/2020 (relator: deputado Sávio Souza Cruz), 2.883/2021 (relator: deputado Cristiano Silveira) e 3.349/2021 e 3.498/2022 (relator: deputado Charles Santos); pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade Emenda nº 1 do Projeto de Lei nº 2.828/2021 (relator: deputado Zé Reis); e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 dos Projetos de Lei nºs 3.545 e 3.565/2022 (relator: deputado Glaycon Franco). São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.895/2021 (relator: deputado Zé Reis), 3.127 e 3.436/2021 (relator: deputado Charles Santos) e 3.544/2022 (relator: deputado Sávio Souza Cruz), aos respectivos autores; 3.563/2022 (relator: deputado Zé Reis) e 3.576/2022 (relator: deputado Glaycon Franco), ao secretário de Estado de Governo. O Projeto de Lei nº 3.589/2022 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2022.

Sávio Souza Cruz, presidente – Charles Santos – Guilherme da Cunha – Zé Reis.

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/4/2022**

Às 15h13min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Flávia Fátima Lopes, da Polícia Militar de Minas Gerais (2/12/20210 – 20/1/2022 – 24/2/2022); e dos Srs. Rogério Greco, secretário de estado da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (25/6/2021 – 26/11/2021); Josuê Costa Valadão, secretário municipal de governo em exercício da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (6/1/2022); Joaquim Francisco Neto e Silva, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (27/1/2022); Rodrigo Leite da Silva, ouvidor nacional de Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (3/2/2022); Erlon Dias do Nascimento Botelho, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (14/01/2022). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.922/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, pedido de providências para a adoção das medidas cabíveis com vistas ao cumprimento de decisão judicial e à publicação do ato de aposentadoria do delegado de Polícia Civil Marcelo Armstrong da Silva;

nº 11.923/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 75/2021, encaminhado pelo governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, reestruturando a carreira militar;

nº 11.988/2022, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro pedido de providências para apurar, com a urgência que o caso requer, denúncias apresentadas pelo Sr. Hércules Dias da Silva acerca de reincidentes práticas de abuso, maus-tratos, agressões físicas e psicológicas, bem como o descumprimento do acordo de guarda compartilhada pelo padrasto e pela genitora Leticia Alves Nunes Dias em relação ao menor que terá sua identidade preservada, reforçando que seja atribuída a celeridade possível, considerando-se a gravidade das denúncias, e encaminhando documentos dos processos que estão tramitando em Minas Gerais bem como boletins de ocorrência;

nº 11.989/2022, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública para averiguar, com a urgência que o caso requer, denúncias apresentadas pelo Sr. Hércules Dias da Silva acerca de reincidentes práticas de abuso, maus-tratos, agressões físicas e psicológicas, alienação parental e o descumprimento do acordo de guarda compartilhada pelo padrasto e pela genitora Leticia Alves Nunes Dias em relação ao menor, que terá sua identidade preservada;

nº 12.002/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para solucionar o atraso nas publicações dos atos de promoção da carreira de investigador de Polícia Civil e o efetivo pagamento de verbas atrasadas, relacionadas a essas promoções;

nº 12.005/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que o órgão implemente as disposições previstas no art. 27 da Lei nº 23.291, de 2019, especialmente no tocante à suspensão imediata das licenças ambientais, independentemente de outras sanções civis, administrativas e penais, em face do empreendimento "Mina Serra Azul", no Município de Itatiaiuçu, haja vista o descumprimento do art. 13 da citada lei e de disposições de seu regulamento, instituído por meio da Resolução Conjunta Semad/Feam nº 2.784, de 2019;

nº 12.006/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que esse órgão implemente as disposições previstas no art. 27 da Lei nº 23.291, de 2019, especialmente no tocante à suspensão imediata das licenças ambientais, independentemente de outras sanções civis, administrativas e penais, a todos os empreendimentos minerários existentes no Estado que estejam descumprindo o disposto no art. 13 da citada lei, bem como o seu regulamento, instituído por meio da Resolução Conjunta Semad/Feam nº 2.784, de 2019;

nº 12.007/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o descumprimento da Lei nº 23.291, de 2019, especialmente no tocante ao art. 13, que estabelece prazos para descaracterização das barragens alteadas a montante, e a falta de aplicação, por parte dos órgãos fiscalizadores de meio ambiente, do disposto no art. 27 da citada lei, que estabelece a suspensão imediata das licenças ambientais, independentemente de outras sanções civis, administrativas e penais de empreendimentos minerários, haja vista os relatos apresentados na audiência pública realizada pela comissão em 5/4/2022, que teve por finalidade debater a situação da barragem da Mina de Serra Azul, em Itatiaiuçu, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que nos últimos dias foi reclassificada para o nível três de emergência e que, de acordo com relatos de vários veículos de comunicação, corre grande risco de rompimento; e sejam convidados a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente, o chefe do Gabinete Militar do governador, o coordenador estadual de Defesa Civil e representantes do Ministério Público Estadual e da Agência Nacional de Mineração.

nº 12.008/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a proposta de estatuto próprio para os policiais penais e agentes de segurança socioeducativo do Estado, com a máxima brevidade possível, considerando-se a relevância do tema.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.



## **MATÉRIA VOTADA**

### **MATÉRIA VOTADA NA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/4/2022**

Foi rejeitado, em turno único, o Veto nº 34/2022, do governador do Estado.



## **ORDEM DO DIA**

### **ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/4/2022**

#### **1ª Parte**

##### **1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### **2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

##### **1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

##### **2ª Fase**

**(das 16h15min em diante)**

**(Regimental)**

##### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Charles Santos, Bruno Engler, Cristiano Silveira, Glaycon Franco, Guilherme da Cunha e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2022, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei Complementar nº 72/2021, do Tribunal de Justiça, e dos Projetos de Lei nºs 5.465/2018 e 3.194/2021, do deputado Doutor Jean Freire, 3.362/2021, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, 3.373/2021, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, 788/2015, do deputado Gil Pereira, 3.546/2016, do deputado Nozinho, 252/2019, do deputado Arlen Santiago, 1.086/2019, do deputado Bosco, 1.560/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, 2.009/2020, do deputado Rafael Martins, 2.971/2021, do deputado Cássio Soares, 3.125/2021, da deputada Andréia de Jesus, 3.285/2021, do procurador-geral de Justiça, 3.363/2021, do deputado Marquinho Lemos, 3.575/2022, do deputado João Leite, 3.587/2022, do deputado João Vítor Xavier, 3.590/2022, do deputado Arnaldo Silva, 3.591/2022, do deputado Zé Guilherme, 3.611/2022, do deputado Raul Belém; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.320/2019, do deputado Raul Belém, 2.088/2020, do deputado Thiago Cota, 2.496/2021, do deputado Doutor Jean Freire, 2.944/2021, do deputado Cristiano Silveira, 3.143/2021, do deputado Léo Portela, 3.269/2021, do deputado Noraldino Júnior, 3.355/2021, do deputado Alencar da Silveira Jr., 3.422/2021, do deputado Arnaldo Silva, e 3.472 e 3.589/2022, do deputado Osvaldo Lopes; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2022.

Sávio Souza Cruz, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2022, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, o Requerimento nº 10.835/2022, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Privatizações**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bruno Engler, Betão, Duarte Bechir e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater com a economista e consultora Elena Landau o processo de privatizações ocorrido na década de 1990 e suas lições para o presente.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2022.

Coronel Sandro, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, André Quintão, Betão e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 10.688/2022, da Comissão de Administração Pública, 10.748/2022, do deputado Raul Belém, e 10.818 e 10.819/2022, do deputado Alencar da Silveira Jr.; de receber, discutir e votar proposições da comissão; e de, em audiência pública, debater denúncias de descumprimento de direitos trabalhistas nas determinações estabelecidas e no cumprimento do expediente de trabalho dos servidores plantonistas do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2022.

Celinho Sintrocel, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2022, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei Complementar nºs 65 e 64/2021, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Zé Guilherme, Doutor Paulo e Leonídio Bouças, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2022, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a oferta de cursos profissionalizantes para pessoas com deficiência, com a participação de diretores de escolas especiais do Estado, iniciativa que integra as atividades de monitoramento intensivo, pela comissão, da temática “Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 21/3/2022.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2022.

Professor Wendel Mesquita, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.500/2022****Comissão de Justiça Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Moto Clube de Macanudos, com sede no Município de Unai.

O projeto foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e à de Esporte, Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1 que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Entidade Social Moto Clube de Macanudos, com sede no Município de Unaí, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujo escopo é a difusão do motociclismo.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, a comissão apresentou a Emenda nº 1 para adequar o nome da entidade ao constante em seu estatuto.

Quanto ao mérito, de acordo com o seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos: promover a fraternidade e cooperação entre motociclistas, divulgando sua boa imagem; prestar serviços sociais e filantrópicos às comunidades; e promover viagens turísticas em motocicletas pelo Brasil e exterior.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação para a promoção do motociclismo no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.500/2022, em turno único, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2022.

Fábio Avelar de Oliveira, relator.



## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de pesar pelo falecimento de Tamara Pereira dos Santos, 21 anos, assassinada a pedradas na cabeça pelo companheiro, em uma estrada da zona rural de Januária (Requerimento nº 10.843/2022, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de repúdio a Augusto Aras, procurador-geral da República, por sua fala constrangedora, machista e inaceitável, realizada no Dia Internacional da Mulher, durante seminário no Conselho Nacional do Ministério Público, no bojo de um discurso retrógrado, no qual o procurador exaltou a “liberdade” de a mulher escolher a cor do esmalte e o modelo de sapato (Requerimento nº 10.844/2022, da Comissão dos Direitos da Mulher).

**REQUERIMENTOS APROVADOS****REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

**REQUERIMENTO Nº 10.826/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Diamantina pedido de informações sobre as doações de terrenos, de propriedade desse município, a entidades públicas e privadas que possam ter ocorrido nos anos de 2021 e 2022, informando a metragem, os nomes das entidades beneficiadas, a localização dos terrenos, a indicação dos fins de sua utilização e os referidos editais publicados, caso existam.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

**REQUERIMENTO Nº 10.827/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Câmara Municipal de Diamantina pedido de informações sobre as doações de terrenos, de propriedade desse município, a entidades públicas e privadas que possam ter ocorrido nos anos de 2021 e 2022, informando a metragem, os nomes das entidades beneficiadas, a localização dos terrenos e a indicação dos fins de sua utilização.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

**REQUERIMENTO Nº 10.829/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que adotem medidas para mitigar os efeitos dos eventos climáticos que atingiram os Municípios de Pai Pedro, Porteirinha e Serranópolis de Minas, principalmente relativos à produção agropecuária e a outras atividades econômicas na região, que foram severamente afetadas nos últimos meses, somando prejuízos acima de R\$ 250.000.000,00, conforme estimativas da Emater.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

**REQUERIMENTO Nº 10.830/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Carlos Pimenta aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado e ao diretor-geral do Idene pedido de providências para implementação e agilidade no programa de abastecimento de água para as comunidades rurais da região de Montes Claros, perfurando e equipando os poços artesianos, construindo as redes de distribuição e ofertando caixas-d'água para os moradores, dando continuidade ao programa do Idene, que teve início em 2021.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

**REQUERIMENTO Nº 10.831/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Carlos Pimenta aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a criação de escritório de oportunidades nas cidades de Montes Claros, Governador Valadares e Nanuque, objetivando maior interação com a Sudene e o Banco do Nordeste, o que proporcionará melhor atendimento aos empreendedores que queiram aproveitar os benefícios oferecidos pela Sudene, através do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro – Finor –, e outras vantagens fiscais, possibilitando a implantação de centenas de pequenos, médios e até de grandes empreendimentos na área mineira da Sudene.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

**REQUERIMENTO Nº 10.832/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Inácio Franco aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Cidadania e ao Ministério do Meio Ambiente – MMA – pedido de providências para que avalie a possibilidade de envio, em caráter emergencial, de ajuda financeira aos municípios atingidos pelas fortes chuvas ocorridas na primeira quinzena de janeiro deste ano.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

**REQUERIMENTO Nº 10.833/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para sejam antecipadas para os municípios em situação de emergência por causa das fortes chuvas de dezembro de 2021 as parcelas dos meses de janeiro e julho de 2022 da verba destinada aos municípios, provenientes do acordo judicial firmado pelo Poder

Executivo com a Vale em razão do rompimento da barragem da mineradora em Brumadinho, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 23.830, de 23 de julho de 2021.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.837/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Ouvidoria-Geral do Estado – OGE – pedido de providências para que se proceda à criação de uma ouvidoria estadual específica para acolher denúncias de mulheres relacionadas com a violência institucional, ressaltando-se que essa demanda foi apresentada durante o ciclo de debates do Sempre Vivas – Mulheres e Política: por Representatividade, Justiça e Respeito, Paineis 2: “Violência e machismo institucional!”, no âmbito da programação de celebração do Dia Internacional da Mulher.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.839/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para ampliar o número de mulheres nas funções de comando e gestão desse tribunal, visando melhorar o acolhimento das mulheres vítimas de violência atendidas, bem como combater a violência institucional em razão de gênero, ressaltando-se que essa demanda foi apresentada durante o ciclo de debates do Sempre Vivas – Mulheres e Política: por Representatividade, Justiça e Respeito, Paineis 2: “Violência e machismo institucional”, no âmbito da programação de celebração do Dia Internacional da Mulher.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.840/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para implantação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nos moldes do estabelecido no art. 14 da Lei Federal nº 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a exemplo de exitosa prática já desenvolvida no Estado de Mato Grosso, ressaltando-se que essa demanda foi apresentada durante o ciclo de debates do evento Sempre Vivas – Mulheres e Política: por Representatividade, Justiça e respeito, no âmbito da programação de celebração do Dia Internacional da Mulher.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

**REQUERIMENTO Nº 10.841/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para aumentar o aporte de recursos para as ações destinadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, ressaltando-se que essa demanda foi apresentada durante o ciclo de debates do Sempre Vivas – Mulheres e Política: por Representatividade, Justiça e Respeito, Painel 2: “Violência e machismo institucional”, no âmbito da programação de celebração do Dia Internacional da Mulher.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

**REQUERIMENTO Nº 10.842/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a criação de um observatório estadual que efetive pesquisa, acompanhamento, monitoramento e divulgação de dados sobre violência de gênero em Minas Gerais, ressaltando-se que essa demanda foi apresentada no âmbito da programação de celebração do Dia Internacional da Mulher.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

**REQUERIMENTO Nº 10.847/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para a rápida liberação dos pontos de retenção e das interdições parciais e totais nas rodovias sob jurisdição estadual.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**REQUERIMENTO Nº 10.848/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes pedido de providências para promover a melhoria das condições de tráfego e a rápida liberação dos pontos de retenção e das interdições parciais e totais nas rodovias federais no Estado, com atenção especial para a BR-381.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.849/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para a promoção de melhorias no sistema Move Metropolitano, principalmente em relação à superlotação dos veículos e ao cumprimento do quadro de horários.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.850/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a pavimentação da Rodovia MG-437, que liga Nova Lima a Sabará.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.851/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para sanar os problemas de vazamento de água e de goteiras no Terminal São Gabriel.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.852/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedido de providências para a inclusão da integração operacional e, principalmente, tarifária do metrô com as linhas metropolitanas que tiverem acesso a alguma estação desse modal, na proposta para integração operacional e tarifária do transporte na Grande BH, que será discutida entre o governo do Estado e as prefeituras.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.853/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a pavimentação da rodovia que liga o Município de Sabará à BR-381, próximo ao Distrito de Ravena.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.854/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Nova Lima pedido de providências para a recuperação da ponte localizada na Rua Abel Saturnino Melo, no Bairro Mingu.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.855/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja fiscalizado o cumprimento do quadro de horários da linha 411-C no Terminal São Benedito, em Santa Luzia.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.856/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para possibilitar a inclusão do Terminal São Gabriel no edital de concessão dos terminais e das estações do Move Metropolitano.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**REQUERIMENTO Nº 10.857/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – pedido de providências com vistas à inclusão do Terminal São Gabriel no edital de concessão dos terminais do Move Metropolitano.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**REQUERIMENTO Nº 10.858/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitano – Sintram – pedido de providências para o retorno da tabela de horários da linha 501 (Morro Alto – Belo Horizonte), vigente no período anterior à pandemia, considerando-se o retorno das atividades presenciais e a normalização de todos os serviços.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**REQUERIMENTO Nº 10.860/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Bernardo Mucida aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Infraestrutura em Brasília e à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que o reestudo da modelagem técnica e econômica da concessão dos trechos da BR-381 e da BR-262 – que se tornou obrigatório após o cancelamento do leilão de sua concessão, previsto para o dia 25 de fevereiro de 2022 – seja célere e, ao mesmo tempo, envolva todos os atores potencialmente interessados, como prefeituras, associações municipais, ONGs, empresas da construção civil, parlamentares e associações empresariais e laborais das regiões atravessadas por essas rodovias.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** Os sucessivos adiamentos do leilão, que culminaram com seu cancelamento, denotam que há erros na modelagem realizada e que, para que o fracasso não se repita, devem ser ouvidos e suas considerações serem levadas em conta.

**REQUERIMENTO Nº 10.861/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Bernardo Mucida aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea

“a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja executada a pavimentação da Rodovia LMG-790, no trecho entre Nova Era e Santa Maria de Itabira.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** Além de ser muito importante para os municípios por ela interligados, a rodovia acabou sendo a única alternativa para o tráfego desviado em função da interrupção da BR-381 em Nova Era. Isso denota a importância da pavimentação do trecho.

#### REQUERIMENTO Nº 10.863/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, à Polícia Civil em Belo Horizonte e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a extensão do prazo para renovação da CNH, bem como do prazo de validade do Certificado de Registro e do Licenciamento Anual, e a suspensão da cobrança de diárias pela permanência de automóveis nos pátios de remoção e guarda de veículos, enquanto durar o movimento paredista da Polícia Civil de Minas Gerais e até o pleno reestabelecimento do atendimento ao público.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### REQUERIMENTO Nº 10.864/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – em Belo Horizonte pedido de providências para a imediata conclusão das obras de reparação dos trechos ao longo da BR-356, entre Nova Lima, Ouro Preto e Itabirito, atingidos pelas fortes chuvas que assolaram a região, em vista dos riscos que o estado de degradação dessas vias representam para os seus usuários.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** Desde janeiro do presente ano as estradas estão devastadas por causa das fortes chuvas. O trecho mencionado da BR-356, ainda encontra-se com muitos pontos degradados oferecendo riscos aos seus usuários, precisando de imediata recuperação. Por essa razão, pedimos apoio aos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 10.865/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103

do Regimento Interno, seja encaminhado à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – no Estado pedido de providências para que promova a instalação de redutores de velocidade ao longo da BR-356, entre Ouro Preto e Itabirito, especialmente, próximo à entrada do acesso ao Distrito de Amarantina, em Ouro Preto, altura do Km-68, considerando-se o volume de veículos e pedestres que transitam naquele local.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** A rodovia BR-356, na altura do KM-68, apresenta um volume de veículos e pedestres que transitam naquele local, tornando aquele trecho muito perigoso, por essa razão, precisamos que seja instalado um redutor de velocidade naquela proximidade. Ademais, temos notícias constantes de atropelamentos e acidentes naquele local. Por essas razões, pedimos apoio aos nobres pares para aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 10.866/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações Estrada e Rodagem em Belo Horizonte pedido de providências para o recapeamento da Rodovia MG-290, sobretudo para a realização de serviços de tapa-buraco nos trechos da rodovia com situação mais crítica.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** Como se não bastasse os problemas crônicos, o período de chuva agravou substancialmente a situação da MG-290, com a ocorrência da abertura de buracos por quase toda a sua extensão. Nesse sentido, considerando tratar-se de rodovia estratégica tanto para o escoamento da produção daquela região, quanto para realização de tráfego de veículos de milhares de pessoas que a utilizam para o trabalho, escola, além de outros, se faz urgente o investimento de recursos por parte do governo do Estado para a realização de tais serviços de melhoria.

#### REQUERIMENTO Nº 10.867/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Charles Santos aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que o trecho entre os quilômetros 1 e 12 da BR-369 sejam imediatamente objeto de obras de manutenção, pois a população local dos Municípios de Oliveira e São Francisco de Paula e cidades adjacentes têm reclamado que não há condições de uso, pois existem inúmeros buracos colocando em risco a vida dos cidadãos da região que usam a referida via.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** Há vários relatos dos moradores dos municípios de Oliveira e São Francisco de Paula que a BR 369 está com muitos buracos na extensão dos quilômetros 1 ao 12 o que vêm colocando em risco os motoristas que transitam na região e que o último recapeamento já está irregular. Requer o máximo de urgência para providências.

**REQUERIMENTO Nº 10.868/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Charles Santos aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para o início imediato das obras na Rodovia MG-060, no trecho entre o Município de Esmeraldas e São José da Varginha, com aproximadamente 32 km de extensão, uma vez que está cada vez mais inviável o tráfego no local de veículos de passeio e caminhões que abastecem toda a região.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** O presente requerimento se justifica, pelo fato de que a população local está solicitando providências para o asfaltamento do trecho mencionado da MG-060, o que vai beneficiar aproximadamente 250 mil pessoas, compreendendo os usuários dos Municípios de Betim até São Gonçalo do Abaeté. Sabemos que o asfaltamento do trecho de Esmeraldas e São José da Varginha trará desenvolvimento econômico aos municípios e segurança aos usuários, notadamente no período chuvoso que assolou Minas Gerais.

**REQUERIMENTO Nº 10.870/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam feitos reparos de caráter emergencial na MG-320, que liga a BR-381 a BR-262, passando por Jaguarauçu, Marliéria, Dionísio e São José do Goiabal, com objetivo de conter e de evitar os deslizamentos e desmoronamentos que interditam a via de forma recorrente e colocam em risco a vida daqueles que passam nos trechos, por meio de operação tapa-buraco, recapeamento, contenção de encostas, correções em obras de arte e outras medidas necessárias para a garantia de um tráfego seguro e regular, em especial no trecho mais crítico, entre Jaguarauçu e Marliéria.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**REQUERIMENTO Nº 10.871/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a realização, de forma emergencial, de operação tapa-buracos e recapeamento da MG-232, no trecho que liga Santana do Paraíso a Braúnas, passando por Mesquita e Joanésia.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** A MG-232 garante o acesso das pessoas aos municípios vizinhos e é responsável pelo escoamento da produção agropecuária regional. Contudo, as péssimas condições da rodovia tem dificultado o tráfego de pessoas e produtos rurais, comprometendo a vida e as economias locais. São inúmeros os buracos, sendo que vários são verdadeiras crateras que tornam a rodovia praticamente intransitável.

#### REQUERIMENTO Nº 10.874/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Leninha aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para o imediato recapeamento das seguintes rodovias: MG-122, entre os Municípios de Janaúba e Espinosa; AMG-900-3215, que liga os Municípios de Serranópolis de Minas e Porteirinha; BR-251, que liga os Municípios de Porteirinha e Riacho dos Machados; e MG-122, até o Município de Pai Pedro, que se encontram em verdadeira situação de calamidade pública prejudicando toda a população dessa região de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** Só para se ter uma ideia, a Rodovia MG-122 entre os municípios de Janaúba a Espinosa, no Norte de Minas se encontra em situação de verdadeira calamidade pública. A viagem de 144 km entre essas cidades que dura em média duas horas, com o estado de degradação em que se encontra, tem durado praticamente o dobro do tempo. Uma situação extremamente difícil para quem busca atendimentos à saúde em outros municípios. Sem falar no desgaste físico e emocional dos motoristas e dos passageiros, no aumento de combustíveis pela baixa velocidade dos veículos, no aumento dos custos de manutenção de veículos, fora a destruição de pneus e o risco de acidentes e mortes. Da mesma forma também se encontram a Rodovia AMG-900-3215, que liga o município de Serranópolis de Minas ao município de Porteirinha, a Rodovia que liga os municípios de Porteirinha e Riacho dos Machados a BR-251 e a Rodovia MG-122 até o município de Pai Pedro. Enquanto não se realiza a reconstrução total destas rodovias, é urgente e necessária a implantação de uma operação tapa-buracos para minimizar o problema ora descrito. É o mínimo que o Governador do Estado de Minas Gerais deve autorizar, visto que recentemente esteve na região e viu as precárias condições de nossas estradas.

#### REQUERIMENTO Nº 10.875/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Leninha aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – no Estado de Minas Gerais, à Concessionária da Rodovia Via 040 Invepar, em Nova Lima, e à Prefeitura Municipal de Carandaí pedido de providências para a reconstrução de um quebra-molas na altura da Comunidade de Pedra do Sino, no Município de Carandaí.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** Os moradores da Comunidade de Pedra do Sino, em Carandaí-MG, foram surpreendidos com a retirada do quebra-molas, que protegia a comunidade do trânsito veloz, colocando em risco moradores da comunidade. A retirada do quebra-molas que protegia a vida das pessoas e dos animais, atende apenas os interesses econômicos da concessionária que cobra altos

pedágios na BR 040, que Liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro. Temendo que a vida das pessoas naquela comunidade seja ceifada pelo trânsito que tem um grande volume de tráfego naquela região e os veículos trafegam em alta velocidade, a comunidade não quer pagar para ver tragédias acontecerem. Nesse sentido, nosso pedido de providências tem um papel educativo e preventivo, solicitar ao DNIT maior fiscalização no trecho onde se localiza a comunidade de Pedra do Sino, solicitar à empresa Via 040 Invepar, que reconstrua o quebra-molas que cumprirá um papel fundamental na vida das pessoas daquela comunidade. Não justifica a retirada de um quebra-molas só para ampliar a arrecadação de tarifas de pedágios.

#### REQUERIMENTO Nº 10.876/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte pedido de informações sobre o cronograma das obras que estão sendo realizadas na Rodovia BR-381, próximas ao Bairro Borba Gato, no Município de Sabará, e sobre as medidas adotadas para mitigar os impactos das obras para a população da região, em especial os relacionados ao trânsito e a alagamentos.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** Conforme relatos recebidos por esta deputada, as obras realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no trecho da Rodovia BR-381 próximo ao bairro Borba Gato, em Sabará-MG, com a finalidade de canalizar o córrego Soledade, vem trazendo diversos impactos à população local. O trânsito no local, que já tinha grande volume, aumentou. Além disso, durante o período chuvoso, alagamentos se tornaram frequentes, impactando diretamente à população da região. Nesse sentido, faz-se necessário apurar informações a respeito do cronograma das referidas obras, bem como das medidas adotadas para mitigar os impactos à população da região, em especial com relação ao trânsito e alagamentos. Face ao exposto, tendo em vista a relevância do tema, solicito aos nobres pares apoio para aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 10.877/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que sejam realizadas ações de mitigação do impacto da obra realizada na Rodovia BR-381, próxima ao Bairro Borba Gato, em Sabará, em especial com relação ao trânsito e a sucessivos alagamentos.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** Conforme relatos recebidos por esta deputada, as obras realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no trecho da rodovia BR-381 próximo ao bairro Borba Gato, em Sabará-MG, com a finalidade de canalizar o córrego Soledade, vem trazendo diversos impactos à população local. O trânsito no local, que já tinha grande volume, aumentou. Além disso, durante o período chuvoso, alagamentos se tornaram frequentes, impactando diretamente à população da região. Nesse sentido, faz-se necessário o presente pedido de providências para que sejam realizadas ações de mitigação do impacto da obra realizada na rodovia BR-381, próxima ao bairro Borba Gato, em Sabará-MG, em especial com relação ao trânsito e a

sucessivos alagamentos. Face ao exposto, tendo em vista a relevância do tema, solicito aos nobres pares apoio para aprovação deste requerimento.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 12/4/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Claudio Fernando Gomes de Avellar, padrão VL-33, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doorgal Andrada;

nomeando Gabriel Baret de Barros, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

nomeando Lilian de Lourdes Lorena, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.036, de 4/4/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 11/4/2022, a servidora Angela Leite de Castilho Souza, CPF nº 811.845.306-53, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de redator-revisor, padrão VL-66, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c os arts. 132 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.036, de 4/4/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 8/4/2022, a servidora Solange Gomes Machado, CPF nº 671.794.286-04, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria, padrão VL-37, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

### TERMO DE ADITAMENTO Nº 14/2022

Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Conveniada: Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Aslemg. Objeto do contrato: viabilizar a averbação de consignações na folha de pagamento dos servidores da ALMG em ocorrência de interesse comum das partes. Objeto do aditamento: adequação do Contrato nº 6/2019 à Lei Geral de Proteção de Dados – Lei Federal nº 13.709, de 2018. Vigência: a partir da data da assinatura.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 24/2022****Número no Siad: 9286147/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Eaton Indústria e Comércio de Produtos Elétricos e Serviços Ltda. Objeto do contrato: serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e componentes defeituosos, em 10 *nobreaks*. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 2/4/2022 a 1º/4/2023, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 25/2022****Número no Siad: 9223989-6/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Plansul Planejamento e Consultoria Eireli. Objeto do contrato: prestação de serviços de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão de obra, insumos, saneantes domissanitários, materiais de higiene pessoal, equipamentos, EPIs e EPCs, a fim de manter adequadas as condições de salubridade e higiene na contratante, seus anexos e instalações, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Objeto do aditamento: revisão de preços em razão de nova Convenção Coletiva de Trabalho, atualização do salário mínimo e aumento do preço do transporte coletivo na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Vigência: a partir de 1º/1/2022 até 1º/11/2022. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 30/2022****Número no Siad: 9275536/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Saraiva Educação S.A. Objeto do contrato: assinatura da plataforma para acesso a livros digitais denominada Biblioteca Digital Saraiva (BDS). Objeto do aditamento: primeira prorrogação contratual, com manutenção de preço. Vigência: 12 meses, de 27/5/2022 até 26/5/2023, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

**ERRATAS****ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/3/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 26/3/2022, na pág. 10, onde se lê:

“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:”,  
leia-se:

“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos, oriundos do plano de trabalho do Fiscaliza Mais, que segue publicado após as assinaturas:”.

E, após as assinaturas, na pág. 11, acrescente-se o seguinte:

“– O plano de trabalho mencionado na ata está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/639/201/1639201.pdf>”.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/3/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 31/3/2022, na pág. 41, onde se lê:

“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:”,  
leia-se:

“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos,  
oriundos do plano de trabalho do Fiscaliza Mais, que segue publicado após as assinaturas.”.

E, na mesma página, após as assinaturas, acrescente-se o seguinte:

“– O plano de trabalho mencionado na ata está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/639/200/1639200.pdf>”.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/3/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/4/2022, na pág. 2, onde se lê:

“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:”,  
leia-se:

“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos, entre  
os quais os requerimentos relativos ao plano de trabalho do Fiscaliza Mais 2022, que segue publicado após as assinaturas.”.

E, após as assinaturas, na pág. 3, acrescente-se o seguinte:

“– O plano de trabalho mencionado na ata está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/639/199/1639199.pdf>”.

#### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/4/2022, na pág. 9, no ato de aposentadoria da servidora Maria  
Natividade Alves da Silva, onde se lê:

“23.603, de 13/3/2020”, leia-se:

“24.036, de 4/4/2022”.